



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - VALORES DAS TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1170/09	DATA: 12/08/2009
INÍCIO: 15h02min	TÉRMINO: 15h56min	DURAÇÃO: 53min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 54min	PÁGINAS: 26	QUARTOS: 11

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Apreciação de requerimentos constantes da pauta.

OBSERVAÇÕES

O início da reunião não foi gravado.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - (*Início não gravado.*)
Tendo em vista a distribuição de cópias da ata da quarta reunião a todos os membros presentes, indago sobre a necessidade de leitura.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, peço a dispensa da leitura da ata, tendo em vista a distribuição dos avulsos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Dispensada a leitura da ata a pedido do Deputado Simão Sessim.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, passamos à votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Comunico que esta CPI recebeu o Ofício nº 160, de 2009, da Procuradoria-Geral da República, que indica o Procurador da República Marcelo Ribeiro de Oliveira para acompanhar os trabalhos de investigação desta CPI.

Passamos à Ordem do Dia.

Apreciação de requerimentos.

A - Requerimentos de informação:

1 - Requerimento nº 14, de 2009, do Sr. Leo Alcântara, que “*requer documentos da Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL, destinados a apurar o lastro da Termofortaleza e da Termoceará*”.

Tem a palavra o Relator para encaminhar.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, considero de suma importância esse requerimento e solicito a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Consulto se algum Parlamentar deseja encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo oradores inscritos, submeto-o à votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.



2 - Requerimento nº 19, de 2009, do Sr. Alexandre Santos, que “*requer às Assembleias Legislativas Estaduais e do Distrito Federal cópias de relatórios de CPIs sobre matéria pertinente ao objeto de investigação desta Comissão*”.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, como já foi esse tema bastante discutido e a importância já dos desdobramentos e das investigações feitas nos outros Estados e também nas capitais, acho de suma importância também para a CPI. Solicito sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

3 - Requerimento nº 22, de 2009, do Sr. Alexandre Santos, que “*requer cópia de documentos da Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL*”.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, também na mesa linha, solicitando à ANEEL cópias de documentos, para que esta CPI possa fazer um processo mais profundo em sua investigação. Como é de suma importância, também solicito sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

4 - Requerimento nº 23, de 2009, do Sr. Alexandre Santos, que “*requer informações da Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL*”.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, dentro da linha anterior, as informações são pertinentes para que nós possamos ter noção das concessões feitas pela ANEEL, para que nós possamos ter um aprofundamento das investigações.

Portanto, solicito sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Em votação.



Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

5 - Requerimento nº 24, de 2009, do Sr. Alexandre Santos, que “*requer cópias de todas as autorizações concedidas para instalação de PCHs e para aumento de capacidade de geração das mesmas e os nomes de identificação das pessoas físicas ou jurídicas da cadeia dominial de cada uma das PCHs*”.

Com a palavra o Relator, Deputado Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, é de suma importância que possamos saber quais as concessões dos prazos que foram concedidos nessas PCHs.

Solicitaria também um aditamento, para que nos fossem mandadas, nesse requerimento de solicitação, para que fossem incluídas, nas solicitações à ANEEL das PCHs, quem pediu e quando, para podermos fazer uma análise profunda das solicitações e a quem foi concedido.

Portanto, solicito a sua aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Como se trata do mesmo assunto, foi acatada a sua solicitação.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado, com alteração em “*acatando o aditamento do Relator*”.

6 - Requerimento nº 10, de 2009, do Sr. Edio Lopes, que “*requer a inclusão ao Requerimento nº 002, de 2009, das seguintes autoridades para realização de audiência pública em Boa Vista-RR: Plínio Novais Pinto, diretor regional dos Correios em Roraima; Pedro Pinto, diretor do PROCON em Roraima; Leocádio Vasconcelos, Secretário de Estado da Fazenda, e Ulisses Moroni Júnior, Promotor do Ministério Público no Estado de Roraima*”.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, esse requerimento vem engrandecer o Requerimento nº 002, já aprovado nesta



Comissão. Portanto, como é de importância para esta Comissão, solicito a sua aprovação também.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Nelson Bornier.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Eu queria propor aqui ao autor do requerimento, Deputado Edio Lopes, que essa solicitação que faz, do Promotor do Ministério Público, se faça convite e não convocação. Não sei qual é... Afinal de contas, ele vem aqui prestar realmente uma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Vou consultar o autor do requerimento e pedir que encaminhe também.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Nós não temos nada a opor ao requerimento do ilustre colega, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Em votação o Requerimento nº 10, de 2009, do Sr. Edio Lopes, com a alteração, proposta pelo Deputado Nelson Bornier, para que ao membro do Ministério Público seja transformado em convite e não em convocação.

O SR. DEPUTADO LEO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma sugestão, se V.Exa. assim o permitir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Pois não.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Se formos aprovar requerimentos de audiência pública em todos os Estados, não teremos tempo hábil para estarmos em todos os Estados e fazer audiência pública em todos os Estados. Então, acho que nós deveríamos fazer antes uma reunião, uma reunião informal, para fazermos 1 ou 2 por região. Porque aí viabilizaria estarmos presentes e fazermos essas audiências públicas. Se formos Estado por Estado, serão 27 audiências públicas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Vamos discutir esse assunto ao final da pauta.

Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Só dizer, Sr. Presidente, que esse requerimento já fora aprovado na reunião anterior. Portanto, o pensamento do ilustre colega deve ser considerado como precluso.



Eu gostaria ainda, Sr. Presidente, dando objetividade aos trabalhos desta Comissão, já que na reunião anterior ficou preestabelecido que a subcomissão, basicamente composta de Deputados do Acre e de Roraima, faria essas duas audiências públicas, nós gostaríamos de propor à Comissão, até mesmo para já ir colocando o trabalho em marcha, que fizéssemos a audiência pública do Acre no dia 20 e a de Roraima no dia 23. Portanto, no próximo final de semana, faríamos essas duas audiências públicas e já teríamos material para poder apresentar à Comissão para prosseguimento dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Vamos discutir essa matéria no final da reunião.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado com a alteração para convite ao membro do Ministério Público.

7 - Requerimento nº 11, de 2009, do Sr. Leo Alcântara, que “*solicita que seja convocado o senhor Abel Alves Rochinha, Diretor-Presidente da Companhia Energética do Ceará — Coelce, para tratar de assunto que envolve a elevação substancial nas tarifas de energia elétrica*”.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, dentro da mesma linha de investigação e esclarecimentos, considero também de suma importância esse requerimento.

Portanto, solicito a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO LEO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, essa audiência pública e a convocação que requeiro, do Presidente da COELCE, é porque a energia, no Estado do Ceará, nos últimos 10 anos, teve elevação de 274%, enquanto o IPCA, o índice que mede a inflação, ficou em 109%. Então, acho de suma importância a convocação do Presidente da COELCE, a companhia de energia do Ceará, e também, que já foi aprovado no outro requerimento, que ele fale sobre a compra da energia na TERMOFORTALEZA e TERMOCEARÁ, que é uma



térmica do grupo COELCE, do grupo que também é proprietário da Ampla, que é uma concessionária de energia no Rio de Janeiro, para que possamos esclarecer. E acho que no futuro também devo apresentar requerimento convocando o Presidente da ELETROPAULO e da CEMIG para que façam os mesmos esclarecimentos que nós estamos querendo do Presidente da companhia de energia do Ceará.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Sobre o assunto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Deputado Chico Lopes.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Queria, primeiro, parabenizar pela iniciativa ao Deputado Leo Alcântara, muito oportuna a preocupação de S.Exa. Poderíamos até acrescentar um outro nome, neste momento. Mas para não criar dificuldade no requerimento de S.Exa., para que seja mais rápido, peço licença para subscrever o requerimento de S.Exa., se assim for permitido.

Então, gostaria de subscrever e parabenizar pela iniciativa ao ilustre colega.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

8 - Requerimento nº 12, de 2009, do Sr. Wladimir Costa, que *“requer seja convocado o Sr. Aloísio Vasconcelos, Presidente da Alstom no Brasil, para prestar esclarecimentos sobre as denúncias de participação de diretores da empresa em negociações escusas, relativas ao pagamento de ‘vantagens financeiras’ a funcionários públicos das estatais federais Eletronorte, Eletrosul e Furnas, bem como denúncias sobre a falsificação de documentos para liberação de pagamentos, diminuição de multas e alterações em contratos”*.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Muito obrigado, Presidente, Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - O Relator com a palavra, depois eu passo ao autor.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Positivo. Fique à vontade.



O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, como estamos vendo aí nos noticiários, essa é uma notícia que vai e volta nos jornais e na mídia. E já o Ministério Público com documentos, vindo inclusive de outros países, nos apontam algumas irregularidades em agendas, inclusive, dos representantes da Alstom. Portanto, eu acho de suma importância que, se no sistema elétrico existe uma situação dessa gravidade, esta CPI seja o lugar correto para que possamos discutir e tirar as dúvidas que estão pairando sobre as instituições do nosso País e também sobre algumas instituições até mesmo legislativas.

Portanto, é de suma importância que possamos ouvir o Sr. Aloísio Vasconcelos sobre esse tema.

É pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Para encaminhar, o autor do requerimento, Deputado Wladimir Costa.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Obrigado, Deputado Eduardo da Fonte.

Antes de defender meu requerimento, gostaria de pleitear ao nobre Relator e ao nobre Presidente para que incluam, se possível extrapauta, o Requerimento nº 13, que *“requer a realização de audiência pública para obter esclarecimentos acerca das graves denúncias de irregularidades ocorridas no leilão de concessão e comercialização de energia da Hidrelétrica de Jirau, em decorrência de possíveis prejuízos ao Rio Madeira”*.

Então, solicito que seja colocado em pauta para as respectivas análises dos colegas membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Defendendo o requerimento, Sr. Presidente, trata-se de denúncias já investigadas pelo Ministério Público Federal e devidamente também investigadas pela Polícia Federal. Estou requerendo a convocação do Sr. Aloísio Vasconcelos para que venha prestar esclarecimentos de supostas práticas delituosas, de práticas escusas, envolvendo uma série de falcatrudas extremamente graves.

É o que temos a dizer acerca desse assunto aqui e requeremos a imediata convocação do Sr. Aloísio Vasconcelos. O assunto já está no Ministério Público Federal, o assunto já está sendo investigado pela Polícia Federal. Eu já tenho



informações, de fontes fidedignas, de que a qualquer momento deverá haver, inclusive, o cumprimento de um mandato na respectiva empresa.

Somente o que eu tenho a declarar, Presidente.

O SR. DEPUTADO LEO ALCÂNTARA - Isso é extrapauta que vai entrar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Referente ao Item nº 13, o Requerimento nº 13, eu peço a V.Exa. que encaminhe de acordo, formalize de acordo com o art. 52, por escrito, o pedido de encaminhamento e o entregue à Secretaria da Comissão.

Vamos à votação do Item 8, Requerimento nº 12, de 2009.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

9 - Requerimento nº 16, de 2009...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O Item nº 9 e o Item nº 10, sem nenhum prejuízo da apresentação dos mesmos, do colega Feijão e do colega Cameli, tratam justamente da questão das audiências públicas nos Estados, como argumentou o Deputado Alcântara. Para que possamos discutir sobre — sem prejuízo do já aprovado, do Deputado Edio, que é a questão de Roraima — a questão da otimização da Comissão, de uma certa distribuição dos companheiros, para que nós possamos realizar as conferências. Mas a preocupação que foi levantada pelo Deputado Leo Alcântara é pertinente. Nós não temos condição de fazer as 27; toda a Comissão. Então, acho que tem de ser tratada de uma forma conjunta, para toda a Comissão, para que possamos inclusive corroborar com os companheiros dessas regiões. Corroborar com o Edio, no caso de Roraima; com o Feijão, no caso do Amapá; o meu amigo...

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - O Estado do Pará, que...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - ...Petecão, com relação ao Acre. Mas é a otimização do nosso trabalho.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Nós temos o Pará, que tem a Hidrelétrica de Tucuruí, como todo mundo sabe, porque tem sido notícia nacional,



uma complexidade muito grande, um grande absurdo, um grande exportador de energia para diversos Estados brasileiros, oriunda da Hidrelétrica de Tucuruí, no Pará. Ali nos precisamos dessa audiência pública, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Vamos discutir o...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Acho inclusive que temos de aprovar, mas temos que otimizar o trabalho da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Não tenha dúvida.

Vamos discutir os requerimentos e, ao final da reunião, discutimos se faz em Brasília ou se faz no Estado, discutimos a pauta com os Parlamentares e autores dos requerimentos.

9 - Requerimento nº 16, de 2009, do Sr. Antonio Feijão...

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Wladimir Costa.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - V.Exa. não declarou se foi aprovado ou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Foi aprovado o seu.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Eu estou atento aqui. Está aprovado. Então, meu requerimento foi aprovado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - O Item nº 8, Requerimento nº 12, de 2009, foi aprovado. Repito, para ficar claro, que foi aprovado, Deputado Wladimir Costa, por unanimidade de todos os presentes.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Passamos à votação do Item nº 9, Requerimento nº 16, de 2009, do Sr. Antonio Feijão, que *“requer audiência pública em Macapá/AP, para tratar sobre a proposta de aumento de tarifa da Companhia de Eletricidade do Amapá — CEA e a proposta de federalização da Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL para aquela empresa”*.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, de suma importância. É pena que teremos pouco prazo nesta CPI, mas eu pediria que se



fizesse um adendo a esse requerimento e colocássemos, já para aprovação, no Estado ou na região, para que já deixássemos aprovado, tomando a deliberação através da nossa reunião que vamos fazer, com a data e uma agenda previamente marcada para atendimento de todos os Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Ou Câmara dos Deputados também, se for o caso.

Para encaminhar a favor, o autor do requerimento, Deputado Antonio Feijão.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO - Sr. Presidente, a CEA é uma das últimas empresas da Amazônia Legal que ainda não sofreu uma intervenção ou uma incorporação através de federalização ou de outro sistema de privatização. Recentemente, ela recebeu técnicos da ANEEL — esse jornal é desta semana —, e nos assustou o fato de a CEA apresentar oficialmente uma conta de 1 bilhão de reais; é o débito dela.

No ano de 2002, eu levei ao Governador da época, ao Ministro de Minas e Energia do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, e essa dívida toda não passava de 50 milhões de reais — e com 10 milhões se renegociaria. De lá para cá, a CEA vem, no sexto ano consecutivo, sem ter aumento de tarifa, porque ela não está pagando à ELETRO NORTE e fica aquele gesto coloquial do cachorro querendo morder o seu próprio rabo. E a empresa entrou em um sistema centrífugo de inadimplência, cada vez mais para o fundo. Então, em detrimento de esclarecer todos os lados, da ANEEL, da empresa e do próprio Ministério das Minas e Energia é que propomos essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

10 - Requerimento nº 17, de 2009, do Sr. Gladson Cameli, que *“requer a realização de audiência pública no Estado do Acre, para investigar a formação de preços da energia elétrica e a sua maximização na Região Norte.”*

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, dentro da mesma linha do anterior, solicito que seja aprovado no Estado ou região, com esse



adendo ao requerimento, para que nós possamos fazer um atendimento aos Deputados e também a toda uma região.

Portanto, eu solicito que seja assim aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o autor do requerimento, Deputado Gladson Cameli.

O SR. DEPUTADO GLADSON CAMELI - Sr. Presidente, eu quero deixar registrado nesta Comissão que faço questão que esta audiência seja no meu Estado, para nós discutirmos e escutarmos também, com os demais Parlamentares, a população daquela região.

E quero deixar registrado também nos autos desta Casa que o Secretário da Fazenda do meu Estado, Sr. Mâncio Cordeiro, será convocado para dar explicações sobre a questão do ICMS cobrado no meu Estado.

Quero também passar a palavra para o Deputado Sergio Petecão, porque S.Exa. quer fazer algumas ponderações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Deputado Sergio Petecão.

O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO - Sr. Presidente, Sr. Relator, na verdade, esse requerimento proposto pelo nobre Deputado Gladson Cameli é um requerimento de entendimento da nossa bancada, da parte da minha pessoa, como também do Deputado Ilderlei Cordeiro, por conta da situação em que se encontra o Estado do Acre hoje.

Eu não tenho os números oficiais, mas creio que, no Estado do Acre, nós temos a tarifa de energia mais cara deste País. E nós somos um Estado pobre. Não se justifica que o ICMS cobrado lá em nosso Estado seja em torno de 33%.

Então, nós estamos preocupados com a situação. O trabalho desta CPI já foi divulgado em nosso Estado. Inclusive, nós já fizemos questão de divulgar a ida de alguns membros da CPI ao nosso Estado; entramos em contato com o Deputado Hélio, para ver a possibilidade de nós irmos até o Estado do Acre e, depois, nos deslocarmos até o Estado de Roraima. Os Deputados de Roraima iriam até o Estado do Acre, e os Deputados da bancada do Acre iriam até o Estado de Roraima.

Então, era isso.



Queria só contar com a sensibilidade dos demais companheiros, para que nós possamos aprovar esse requerimento, que é de suma importância para o nosso Estado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Em votação.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Léo Alcântara.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - ...ainda sobre esse assunto, o que disse aqui o Deputado Gladson Cameli: o Secretário da Fazenda falar sobre o ICMS da tarifa de energia elétrica, eu tenho um requerimento — já apresentado à Comissão —, chamando o Presidente do Conselho Nacional dos Secretários da Fazenda para explicar como é feito esse cálculo do ICMS das tarifas de energia elétrica. Acho que esse é um dos maiores vilões que há da conta de energia do cidadão brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - E vamos discutir nesta CPI.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Item 11.

Requerimento nº 18, de 2009, do Sr. Alfredo Kaefer, que *“requer a realização de audiência pública para debater a proposta de acordo firmado entre o Brasil e o Paraguai sobre as condições de compra da parcela excedente da energia gerada pela Usina Hidrelétrica de Itaipu”*.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Deputado Antonio Feijão, por favor.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO - É que eu queria uma orientação.

O Deputado Kaefer não pôde vir, e o partido gostaria que eu encaminhasse, se V.Exa. permitisse.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Assim que o Relator fizer o encaminhamento, eu passo para V.Exa. também fazê-lo.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Este é um requerimento, Sr. Presidente, que requer uma audiência para podermos ter conhecimento desse novo procedimento das relações entre o Brasil e o Paraguai, principalmente sobre a nossa Itaipu.

Estamos fazendo um novo contrato, estamos renegociando o contrato. Já foi aprovado na Comissão de Minas e Energia a vinda do Ministro Edson Lobão e do Ministro de Relações Exteriores. Também tive conhecimento hoje de que, na Comissão de Relações Exteriores, também já foi aprovada e solicitada a presença dos dois para fazer essa explanação nesta Casa.

Eu solicitaria que fosse agregado já a essa audiência pré-agendada desses 2 Ministros, e dessemos segmento à aprovação, mas fazendo com que essas duas aprovações fossem agregadas, a fim de ganharmos tempo e, se possível, fazermos uma reunião em conjunto com as duas Comissões e termos o encaminhamento de aprovação do requerimento que está em pauta, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - Pela ordem. Eu não entendi qual é a proposta do Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Sr. Relator, esse encaminhamento V.Exa. terá de apresentar por escrito, mas vamos discuti-lo posteriormente. Vamos passar ao encaminhamento do Deputado Antonio Feijão. Posteriormente, passarei a palavra a V.Exa. e ao Deputado Leonardo Quintão, Maurício Quintella Lessa...

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - A proposta é para aprovar o requerimento e fazer a audiência pública em conjunto com a Comissão de Minas e Energia?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Para que possamos fazer audiência pública em conjunto tem de ser aprovado um requerimento pelo Plenário da Comissão. Vamos ver se esse requerimento vai ser apresentado, para que possamos apreciá-lo posteriormente.

Para encaminhar, tem a palavra o Deputado Antonio Feijão.



O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO - Sr. Presidente, a vontade do Deputado Alfredo Kaefer é de que seja discutida a proposta do acordo firmado entre Brasil e Paraguai.

Portanto, se o espaço fica colegiado com outras Comissões, isso só enriquece a força do depoimento e fortalece também os membros desta Comissão, quando forem fazer as suas perguntas.

Então, não tenho nada a opor à proposta do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Deputado Leonardo Quintão.

O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO - Sr. Presidente, o requerimento requer a realização de audiência pública para debater a proposta de acordo firmado entre o Brasil e o Paraguai.

Sr. Presidente, eu gostaria de deixar uma reflexão aqui. Acho que a matéria veio à tona, estão todos discutindo, a Comissão de Minas e Energia, da qual faço parte, aprovou o requerimento para debater esse assunto; a Comissão de Relações Exteriores também já está fazendo uma convocação nesse sentido; a Comissão de Fiscalização e Controle, da mesma forma.

Acredito, Sr. Presidente, que é pertinente o requerimento, mas nós temos uma pauta específica na Comissão e, se pudéssemos focar na matéria para a qual esta CPI foi convocada, seria mais produtivo.

É uma matéria de relação exterior, que extrapola o que nós estamos aqui debatendo. E peço aos colegas que pensem nisso, para que não venhamos a perder o foco da Comissão.

É uma matéria importante, as Comissões pertinentes, como a de Minas e Energia, a de Fiscalização e Controle e a de Relações Exteriores já estão debatendo essa pauta. E tenho certeza de que, se ouvirmos o que essas Comissões de mérito estão discutindo, depois, mais à frente, depois de aprofundarmos o estudo desta CPI, o que estamos analisando, poderemos trabalhar nessa matéria, respeitando o autor do requerimento, porque é uma matéria de extrema importância para o Brasil e para todos nós, brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Para encaminhar, tem a palavra o Deputado Léo Alcântara...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, da palavra do Deputado Leonardo Quintão eu discordo um pouco, porque esta CPI, claro, tem o cunho investigativo que tem uma CPI: saber o que estava errado para trás, mas, principalmente, consertar o futuro.

E esse acordo, que não sabemos ainda como foi feito, como será feito, pode, no futuro, persistir e fazer com que aconteça um aumento da tarifa elétrica no Brasil como um todo. Afinal, Itaipu é uma grande fornecedora de energia para todo o País.

Então, acho que a ideia do Relator de fazermos uma audiência pública conjunta, estarmos presentes na audiência pública que vai haver da Comissão de Minas e Energia e da de Relações Exteriores, é uma boa alternativa.

Vamos participar da reunião conjunta. Se, mais à frente, virmos que é necessário que ele venha à CPI, porque há uma diferença entre participarmos de uma audiência pública conjunta e S.Exa. vir à CPI, onde é obrigado a prestar juramento, tomaremos essa decisão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Deputado Leonardo Quintão.

O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO - Concordo. Acho que a ideia é essa, mas não termos aqui uma audiência específica só para discutir esse assunto. Se participarmos em conjunto com outras Comissões... Porque não faz sentido, temos de colaborar uma Comissão com a outra. Se o cidadão vai na Comissão de Minas e Energia, vai na Comissão de Relações Exteriores, vai na Comissão de Fiscalização e Controle, isso mostra a desorganização da Casa e a desunião dos Parlamentares.

Então, quem sabe nós possamos aprovar um requerimento em conjunto, para que tenhamos aqui na Casa apenas uma audiência pública, porque essa audiência pública irá acontecer de qualquer forma?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Deputado Júlio Delgado.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Chico Lopes, depois.



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, acho que não tem prejuízo de uma coisa com outra. A proposta do Relator já vem coadunar com o espírito que permanece ou que parece prevalecer na Comissão. Nós temos de deixar isso para uma eventualidade de se onerar a tarifa de energia elétrica, que é o nosso foco, e se, na eventualidade de isso ocorrer, é pertinente o requerimento do Deputado Alfredo Kaefer...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Deputado, um instantinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Eu pediria aos assessores, por favor, que fiquem nos devidos lugares, porque estão atrapalhando a sessão.

Desculpe.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Então, sem prejuízo da aprovação do requerimento do Deputado Alfredo, que pode ser reapresentado no momento oportuno para uma convocação, como bem disse o Deputado Léo, para uma inquirição, para uma quebra de sigilo, qualquer coisa por parte disso, nós devemos fazer já, junto com esse requerimento, esse requerimento ser formulado aí pela Assessoria também, de uma sessão conjunta da CPI, junto com as outras 3 comissões, como está sendo proposto pela maioria dos colegas.

Acho que é o início de uma conversa a respeito do assunto, e eu defendo a proposta que foi apresentada pelo Relator Alexandre Santos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Deputado Chico Lopes.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Eu queria seguir a linha daqueles que concordam com a posição do Relator, inclusive com o companheiro que me antecedeu. Nós estamos discutindo só para reforçar mais a posição dele, porque se trata de uma acordo internacional, e nós estamos trabalhando a formação de tarifa nacional. Se lá, nós descobrirmos que há um jabuti em cima do coqueiro, aí, esse requerimento tem razão de ser, a não ser assim, o objetivo da CPI estará sendo desviado. Então, com toda a linha de raciocínio até aqui, estou concordando, e só poderemos avançar se esse acordo internacional for lesivo ao consumidor — não, porque, aí, é bem maior do que o consumidor —, lesivo à economia do País. Essas empresas já estão aqui. Infelizmente, os arautos da política neoliberal transformaram



conceito de empresa nacional, desde que ela tenha um endereço no Brasil. E, essas aqui com as quais trabalhamos, nenhuma é empresa nacional, todas são estrangeiras, mas nós não estamos mais discutindo o acordo da entrada delas. Nós estamos discutindo a formação das tarifas.

Portanto, foi sábio o parecer do Relator, e o companheiro representando aqui o Deputado Kaefer mostrou muito bom senso, para que não criemos uma certa dificuldade onde não deve haver.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, nós gostaríamos de abordar 2 aspectos nessa discussão. O primeiro é a importância desta audiência pública, mesmo porque a imprensa noticiou fartamente que estariam em discussão, nessa renegociação Brasil/Paraguai, sobretudo 2 fundamentos. O primeiro seria a majoração da compra do excedente do Paraguai. O segundo, que eu diria mais grave ainda, é o de que o Brasil estaria permitindo uma flexibilização para que o Paraguai pudesse disponibilizar o excedente, que até agora é obrigatório para o Brasil, disponibilizar esse excedente para o mercado internacional. E o Brasil, que já vem há anos caminhando no fio da navalha com a questão oferta de energia elétrica, poderia, de repente, ser tomado de surpresa, e o Paraguai pegar todo o seu excedente. E aqui posso até estar faltando com a verdade, mas estou me preocupando com aquilo que a imprensa tem noticiado.

Por último, Presidente, uma questão mais regimental e jurídica: eu gostaria de perguntar ao Relator se há amparo legal para que a CPI faça essa audiência em conjunto com as Comissões Permanentes, haja vista que são institutos diferentes, com poderes diferentes e com tratamentos diferentes. Nós sabemos que as CPIs têm uma certa característica de poder limitado de polícia e de justiça, e me parece que essas duas prerrogativas não são dadas às Comissões Permanentes.

Portanto, fica aí o questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Sr. Relator, para o encaminhamento final, e entrarmos no processo de votação.



O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, acho que há um consenso entre os Deputados de nós, primeiro, participarmos da já aprovada convocação desses senhores pelas outras Comissões. E eu vejo aqui que quem requereu não se encontra presente, mesmo estando muito bem representado pelo Sr. Antonio Feijão, nosso Deputado, e que também tem esse pensamento, esse encaminhamento.

Respondendo ao Deputado Edio, nós podemos estar presentes, participar de qualquer, vamos dizer assim, outra ação desta Casa. Portanto, não estando o Deputado que apresentou o requerimento presente, e eu não podendo fazer nenhuma intervenção na ausência de S.Exa., eu solicito que seja sobreposto esse presente requerimento e seja colocado na próxima reunião, quando farei a solicitação para que seja incluído e nós possamos ouvir essas pessoas em conjunto com a Comissão de Minas e Energia e de Relações Exteriores.

Era o que eu tinha a falar, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO - Sr. Presidente, só para esclarecer ao Deputado Edio Lopes, o Deputado Alfredo Kaefer colocou no seu requerimento, abre aspas, textualmente: *“Nesse sentido, requeremos que sejam convidados os seguintes debatedores...”*. Portanto, pela elegância e pelo formato do seu requerimento e da justificativa, S.Exa. deseja unicamente que seja esclarecido com transparência todo o formato do acordo.

E eu acho que não há praça mais adequada para nós ouvirmos e questionarmos do que o encontro de 3 grandes Comissões. E, aí, eu pediria a máxima vénia do nosso querido Relator, para que S.Exa. reflita sobre esses argumentos finais que eu coloquei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Vou consultar o Relator.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Eu acho que em nada vai prejudicar a presente solicitação; então, estou de acordo em que nós podemos aprovar e incorporar as outras duas Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Em votação da forma que está.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.



Item 2. Requerimento nº 20/09, do Sr. Chico Lopes, que “*requer seja convocado o Sr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, para prestar esclarecimentos sobre os financiamentos concedidos pelo BNDES para o programa de privatização das empresas de distribuição de energia elétrica no Brasil*”.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, em requerimento de minha autoria eu já fiz a convocação do Presidente do BNDES para que fossem aqui explicados a esta Comissão os financiamentos das PCHs. Acho que nós poderemos incorporar à convocação anterior, inclusive agregando mais esta convocação, para que possamos fazer não só essas explicações, mas também de todo o sistema elétrico.

Sou pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o autor, Deputado Chico Lopes.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Eu quero agradecer a compreensão do Relator nesse sentido, porque nós devemos saber a repercussão de quanto este País investiu para melhorar as empresas e para que elas fossem colocadas em pé de igualdade em competição internacional, quanto se desembolsou da economia popular deste País.

Quero agradecer a V.Exa. a compreensão, mas, ao mesmo tempo, fazer um pedido — eu sou da terra de São Francisco, onde sempre pedir é uma coisa boa e, quando se recebe, é ainda melhor —: colocar extrapauta o Requerimento nº 25 e o Requerimento nº 26.

O primeiro versa sobre a convocação do Diretor-Geral da ANEEL para explicar as Parcelas A e B, citadas nos contratos de concessão e distribuição de energia elétrica, e a forma de apuração de compensação dos itens da Parcela A, que se refere à Medida Provisória nº 227, de 4 de outubro.

Nessa aqui, Sr. Presidente — eu queria justificar um pouco —, é onde está a dificuldade de se compreender a formação de tarifa da energia elétrica no Brasil. Portanto, nós queríamos a presença dele não para aprendermos, mas para nos justificar, a fim de aceitarmos a formação dessa A e B. Numa, cabe tudo; na outra,



não cabe nada, e na que não cabe nada é onde nós pagamos tudo. Está entendendo? Mas é bom que ele explique direitinho.

A segunda, é que seja convocado o Diretor de Operação Nacional do Sistema Elétrico; o Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Vamos apreciar o outro requerimento.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Ah! Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Chico Lopes, para que seja apreciado extrapauta, V.Exa. tem que pegar as assinaturas da maioria dos Deputados, para que seja feita uma votação nominal. Mas quero adiantar-lhe que se por um acaso não pudermos fazer isso hoje, iremos fazer na próxima reunião da Comissão.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Então, deixe, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Em votação o Item 12: Requerimento 20, de 2009.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Item 13.

Requerimento nº 21, de 2009, do Sr. Chico Lopes, que “*quer seja convocado o Operador Nacional do Sistema (ONS), FURNAS e a ANEEL para explicar o plano operacional da Usina Hidroelétrica de Serra da Mesa*”.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, esta convocação, de suma importância, terá que se dar em tempo próximo. Eu só solicitaria que nós chamássemos o responsável principal de cada instituição dessa, porque eles são os responsáveis maiores, seja da ANEEL, seja de FURNAS, como também da ONS.

Portanto, sou pela aprovação.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Pela ordem, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Tem a palavra...

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Eu acho que para nós aprovarmos esse requerimento temos que citar nominalmente que são as pessoas. Aqui citam



apenas as empresas: ANEEL, FURNAS e o Operador Nacional de Sistemas. Eu acho que nós temos que citar nominalmente quem serão os convocados. Regimentalmente, eu acho que isso é necessário.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Obrigado pela preocupação do meu amigo, meu irmão. Vamos entregar isso, com nomes, agora mesmo, porque são os presidentes. Está entendendo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Chico Lopes, acrescente, verbalmente, que são as pessoas que...

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Nelson...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Não, da ONS, FURNAS e ANEEL. Faça verbalmente, que vai constar na ata...

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Pronto, já está dentro de uma lista. Nos meus 70 anos, os chifres já estão começando a queimar. (*Risos.*) Mas está dentro da oficial, ela vai citar... Já estão colocados aí os nomes.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO - Enquanto chegam os nomes, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Pois não, Deputado Antonio Feijão.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO - ...eu queria propor ao eminente Deputado Chico Lopes, que é homem de fé, porque na terra do santo mais forte do Ceará, que se ele pudesse trocar a palavra “convocado” para “convidado”... Porque, nesta parte inicial, nós estamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Antonio Feijão, quero lhe adiantar que, regimentalmente, não pode. Tem que estar explícito na proposição se é “convocar” ou se é “convidar”. Mas não pode ser alterado em curso de votação já iniciada.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO - Mas, Excelência, se nós vamos nominar a pessoa, como é que nós não podemos mudar o semântico do convite? É mais grave: nós vamos dizer quem é a pessoa, ainda. Ou seja, nós vamos dizer quem é a pessoa. Nós fizemos uma convocação anônima, não tem a pessoa. É uma



oração sem sujeito. Então, seria mais importante ele retirar e, depois, apresentar o requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Vamos sugerir ao Deputado Chico Lopes, mas não podemos mudar o termo.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, eu participo da Comissão de Fiscalização e Controle. Quando há um consenso dentro da Comissão, é permitido mudar de “convocação” para “convite”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Isto aqui é uma CPI. A CPI, regimentalmente, é diferente e não pode ser mudado.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - CPI. Está certo.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Então, o primeiro é o Operador Hermes Chipp; o segundo, Nelson Hübner; o terceiro, vamos procurar, porque eu não sei... Não sei! Porque, por exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Chico Lopes, vou fazer uma sugestão a V.Exa., para que V.Exa. retire, acrescente os nomes dos 3, para que não haja erro na convocação, e reapresente na próxima semana. Porque aí tira todas as dúvidas, tendo em vista que não vai ser chamado na próxima semana e que não vai haver prejuízo de tempo para que seja feito o seu requerimento. Eu quero lhe consultar, mas...

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - É aceita a sugestão da direção dos trabalhos, mas eu queria fazer uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Pois não.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - O Presidente desta Casa está falando em mexer no Regimento Interno. Eu sou daqueles que sempre... Sou auditor profissional, aposentado há muitos anos, mas ainda não perdi os conhecimentos de tudo. Nós não convocamos pessoas, nós convocamos entidades. As pessoas que estão lá podem sair de uma hora para outra, embora sejam responsáveis pelo que fazem. Mas é a entidade que é convocada. Agora, essa entidade tem um representante. Mas eu não quero criar problema. O que eu quero é que facilite. Esta Comissão está andando bem até agora, e espero que assim vá até o final. Então, que isso não seja motivo...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deixe-me tirar só uma dúvida para V.Exa.: da forma como V.Exa. redigiu, virá um representante, qualquer um representante desses órgãos, não será...

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Pois é, o meu pensamento é esse. Eu não quero pessoas, eu quero representante, porque se ele mentir no lugar do outro... Mas essa é uma discussão que vai para o Regimento, que o Presidente da Casa é que vai mudar o Regimento. Eu quero me dar minhas opiniões nesse Regimento tão arcaico que é o nosso.

Tudo bem, eu aceito a sugestão da Mesa e, na próxima sessão, nós apresentamos isso. Não tem problema, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Não, veja, eu estou consultando a assessoria, o Secretário Geral da CPI e, para vir o representante de cada um, pode ser aprovado da forma como está.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Não, deixe para a próxima. Deixe para a próxima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Então, vamos retirar o Item 13, Requerimento 21, de 2009, para que seja reapresentado...

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - E já aproveito para botar o 25 e o 26 na próxima...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Para que seja reapresentado...

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Eu sou solução, não sou problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Alguém gostaria de fazer uso da palavra?

Deputado Simão Sessim.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, eu preparei 2 requerimentos para que fossem apreciados hoje, extrapauta: um dirigido ao Ministro Edison Lobão e o outro dirigido ao Presidente da ANEEL. Todos se referem às condições que são apreciar e avaliar as propostas para mudança de modelo tarifário. E também uma série de perguntas que eu gostaria que fossem respondidas pelo Ministério e pela ANEEL.



Então, Sr. Presidente, tendo em vista que, hoje, a Ordem do Dia já está quase começando, eu vou preferir, então, deixar para outra reunião. E eu dou entrada e fica para a pauta da próxima sessão deliberativa. Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Perfeito, Deputado Simão Sessim.

Eu gostaria de passar a palavra ao Deputado Júlio Delgado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Só para concordar, porque aí o requerimento do Deputado Simão ia no mesmo sentido daquele do Chico Lopes, para que seja apresentado com a assinatura dos membros, e teríamos que votá-los em votação nominal. Por terem necessidade, eles mesmos já chegaram à conclusão de que podem ser apresentados na próxima sessão. Quero objetivar isso.

A questão que quero pedir antes de V.Exa. encerrar é que discutamos essa questão da formação dos grupos para as audiências que se realizarão nos Estados, porque, pelo menos hoje, foram aprovados 3. Eu não sei se já tem requerimento de outras aprovados anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Eu pediria a sugestão do Relator para começarmos a discutir o assunto e, em seguida, recebermos as sugestões dos demais Parlamentares.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Deputado Júlio, nós estamos pegando todas as solicitações feitas pelos nossos pares para podermos até preparar uma agenda, a fim de que nós não possamos preparar uma agenda e, daí a pouco, venha novamente... O que eu solicitei a todos: que apresentassem os seus requerimentos, para que fizéssemos uma compilação e, daí então, dássemos direcionamento. Portanto, eu acho que nós podemos, antes da próxima reunião, na próxima semana, termos meia hora, numa sala, só os Deputados, para sabermos dos interesses maiores e as necessidades, para que possamos fazer o atendimento dos grupos que irão ter as suas reivindicações atendidas.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Só uma dúvida, Presidente, a tirar: em função disso, Sr. Relator, do seu pedido antecipando que todos fizessem o requerimento desta reunião, quantos nós temos de requerimentos de audiência, fora, já aprovados? A assessoria sabe quantos são?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Aproximadamente 5.



O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO - Eu só gostaria, Sr. Presidente, que a Comissão levasse em conta que há uma proposta do Estado do Acre junto com o Estado de Roraima, para que nós possamos, não diria em conjunto, dar um suporte a eles no Estado de Roraima, e eles nos dariam um suporte...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO - Exatamente. Numa mesma viagem, nós iríamos fazer 2 audiências.

Queria que fosse levado em conta isso aí. Está bom?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Vai ser levado, Deputado Sergio Petecão. Vamos buscar uma solução importante para o Acre e para Roraima.

Passo a palavra ao Deputado Chico Lopes.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Eu quero externar uma preocupação minha, que quero socializar com os companheiros.

Quando for feita essa divisão para ir para o Acre, para o Amapá, para o Ceará, devemos ter o cuidado que não sejam só as pessoas daquela região, para não transparecer que esta Comissão é um instrumento político localizado. Essa é minha preocupação.

Se V.Exas. prestarem atenção, lá no Ceará há uma CPI que dificilmente sai uma linha na imprensa de certos órgãos, como a COELCE, etc. e tal, porque eles têm um peso, nessa cidade, neste País, muito grande. Então, por exemplo, faz só localizado no Ceará e vai só o Chico Lopes, o Léo Alcântara, etc. A primeira coisa que vão dizer é que nós estamos querendo aparecer politicamente, embora, desde o tempo em que sou Vereador, das privatizações, ele saiba da minha militância nessa questão. Mas eu quero que esta CPI dê um resultado para este País e que não entre o problema da localização para não prejudicar. Evidentemente que ninguém aqui é candidato a santo, nem eu, inclusive. Nós estamos querendo resolver esse problema política e ideologicamente. Mas eu sei o que eu penso, mas não sei o que os adversários estão pensando.

Portanto, quando for para um lugar, que destaque um de qualquer outra região para também ver de perto. Na hora de votarmos o relatório, que tenhamos



consciência de ver se não estão politizando uma coisa que não pode ser politizada, na minha compreensão. Por isso eu queria fazer essa observação.

Todas as CPIs são sérias nesta Casa. Nós estamos colocando privatizações, nós estamos colocando questões muito sérias neste País, que foram esses tipos de privatizações nessa área de energia elétrica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, todas as preocupações advindas do Deputado Chico Lopes são preocupações também nossa. Por isso que acho importante nós fazermos um roteiro, fazermos uma agenda de procedimentos, inclusive, para que possamos dar um condensamento não só político, mas também técnico e obtermos melhores resultados para a CPI.

Portanto, estamos atentos a isso, com o cuidado também de não deixar de atender a nenhum clamor de nenhuma população, de nenhum Estado.

Eu quero parabenizá-lo, Deputado, e quero dizer que nós sabemos da sua luta no setor. Certamente V.Exa. continuará nos dando encaminhamentos para grandes soluções deste País, desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes comunicando que a data da próxima reunião será informada posteriormente.

Está encerrada a reunião.